

## COMO DEFINIR POBREZA? A SÍNTESE DA TRAJETÓRIA DE UM CONCEITO

Ender Lucas Ferreira<sup>1</sup>

### RESUMO

A pobreza se refere a algum tipo de privação que impede que os indivíduos gozem de uma vida plena. O objetivo central do presente estudo é analisar como o conceito de pobreza evoluiu ao longo da literatura especializada. A metodologia utilizada se baseou no estudo de livros e artigos produzidos nos últimos anos. A principal conclusão é de que o conceito de pobreza evoluiu de uma simples noção de insuficiência de renda para um conjunto de critérios além da renda, como saúde, educação, estar empregado, saneamento básico e outras deficiências as quais têm relevância na formulação de políticas públicas.

**Palavras-Chave:** Insuficiência de renda; Pobreza Multidimensional; Privações.

### ABSTRACT

The poverty refers to some kind of deprivation that prevents individuals enjoy a full life. This study aims main to analyze how the concept of poverty has evolved over the literature. The methodology used was based in the study of books and papers produced in recent years. The main conclusion is that the concept of poverty has evolved from a simple notion of income insufficiency to a set of criteria in addition to income, like health, education, to be employed, basic sanitation and others deficiencies which have relevance in public policy formulation.

**Keywords:** Insufficient Income; Multidimensional Poverty; Privations.

---

<sup>1</sup> Graduado em Bacharel Interdisciplinar em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) (2015). Possui licenciatura em História pela Fundação de Ensino Octávio Bastos (2009)

## INTRODUÇÃO

A pobreza se refere a algum tipo de privação que impede que os indivíduos gozem de uma vida plena. Esse tipo de privação pode ser de renda, mas não se deve restringir a esta. Diz respeito a um conjunto de fatores como a composição do domicílio, acesso à infraestrutura, acesso ao saneamento básico, escolaridade e outros, ou seja, a pobreza apresenta uma faceta multidimensional, por estar relacionada a uma gama de fatores além da renda. Nesse sentido, abordar a pobreza é uma busca por tentar compreender como indivíduos pobres se inserem nas relações socioeconômicas vigentes.

O objetivo central deste trabalho é identificar como o conceito de pobreza evoluiu ao longo da literatura especializada. Tradicionalmente, o conceito de pobreza estava relacionado à insuficiência da renda. Entretanto, com a evolução da literatura e o avanço pesquisas empíricas, o conceito de pobreza passou a incorporar outras características, sem desconsiderar o papel da renda. Sendo assim, assiste-se o rompimento de uma abordagem unidimensional e a constituição de uma abordagem multidimensional.

Para atender o objetivo proposto, este trabalho está estruturado em quatro seções além desta introdução e das considerações finais. Na segunda seção, apresenta-se a abordagem de pobreza com base na insuficiência de renda. Na terceira seção, discute-se a abordagem das necessidades básicas. Na quarta seção são destacados aspectos relacionados à abordagem das capacitações básicas. Por último, salientam-se sugestões que fundamentam a abordagem da pobreza multidimensional.

### **Pobreza como Insuficiência de Renda**

Uma definição preliminar de pobreza está calcada no sentido de privação, “a qual pode ser em termos materiais, sociais, culturais ou de acesso a determinados recursos” (Martini, 2009 p.7), como por exemplo, saneamento básico, acesso às boas condições de emprego, etc. Segundo Rocha (2003, p. 9-10);

Pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades básicas não são atendidas de forma adequada. Para operacionalizar essa noção ampla e vaga, é essencial especificar que necessidades são essas e qual nível de atendimento pode ser considerado adequado. A definição relevante depende basicamente do padrão de vida e da forma como as diferentes necessidades são atendidas em determinado contexto socioeconômico. Em última instância, ser pobre significa não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive.

Todavia, o entendimento do que se caracteriza como pobreza variou ao longo do tempo. De acordo com Martini (2009, p. 7), até o século XIX, a pobreza era tratada como questão moral. A existência de pobres era concebida como ausência de atitudes e responsabilidades por partes dos pobres, isto é, ser pobre era condição de responsabilidade individual.

Pela ótica da insuficiência de renda, estabelece-se um valor monetário mínimo, o qual é associado aos custos dos atendimentos mínimos necessários a cada pessoa, geralmente o quanto a renda é capaz de adquirir em produtos do gênero alimentício. É uma abordagem que se volta para a questão da subsistência, entendida como um nível de renda mínimo aceitável para cobrir as necessidades básicas dos indivíduos, o que é denominado pela literatura como pobreza absoluta. Outra visão é possuir renda insuficiente para um padrão de vida mínimo em uma determinada sociedade, a chamada pobreza relativa (MARTINI, 2009, p. 18). Dessa forma, constrói-se uma linha divisória que distingue os pobres dos não pobres, quando se estabelece uma linha da pobreza, ou separam-se os indigentes dos não indigentes, quando se estabelece uma linha de indigência.

Assim, pobres são aqueles com renda se situando abaixo do valor estabelecido como linha da pobreza, incapazes, portanto, de atender ao conjunto de necessidades mínimas naquela sociedade. Indigentes, um subconjunto dos pobres, são aqueles cuja renda é inferior à necessária para atender apenas às necessidades nutricionais (ROCHA, 2003, p. 13).

Examinar a pobreza centrada na renda é uma abordagem de caráter unidimensional, sobre tal abordagem Sen menciona que é tradicional dentro dos campos de pesquisa.

A abordagem dominante de identificação da pobreza especifica uma “linha de pobreza” divisória, definida como o nível de renda abaixo do qual as pessoas são diagnosticadas como pobres. A medida convencional de pobreza, ainda largamente empregada, parte desse ponto para a contagem do número de pessoas abaixo da linha de pobreza[...]e define o índice de pobreza como a proporção do total da população que resulta estar abaixo da linha de pobreza (quer dizer, a fração da população identificada como pobre) (SEN, 2001, p. 165).

O mérito da abordagem com base na renda é oferecer um ponto de partida para as análises do contingente populacional pertencente ao grupo de pobres e não pobres. Todavia, a abordagem com base na insuficiência de renda legitima a concepção de superação da pobreza apenas com a maximização de renda. Nesse sentido, do ponto de vista microeconômico, está relacionada aos pressupostos utilitaristas. A visão utilitarista está centrada na geração de bem-estar das pessoas, em decorrência da geração de prazer ou felicidade.

A noção utilitarista de valor, que é empregada explicitamente ou por implicação em muito da economia do bem-estar, vê valor, em última instância, somente na utilidade individual, definida em termos de alguma condição mental, tal como prazer, felicidade, desejos (SEN, 2001, p. 94).

A base ética do utilitarismo surgiu na filosofia anglo-saxônica, cujo primeiro expoente foi Jeremy Bentham, e foi endossada por economistas como John Stuart Mill, William Stanley Jevons, Henry Sidwick, Francis Edgeworth, Alfred Marshall e A. C. Pigou, o que explica como o utilitarismo norteou análises econômicas. O pensamento do economista indiano Amartya Sen pode ser compreendido como uma resposta ao utilitarismo.

De acordo com o autor, o utilitarismo está apoiado em três pilares. O primeiro é o consequencialismo, segundo o qual todas as escolhas devem ser julgadas pelas consequências que geram. O segundo, é o “welfarismo”, “que restringe os juízos sobre os estados de coisas às utilidades nos respectivos estados (sem atentar diretamente para a fruição ou a violação de direitos, deveres etc.)” (SEN, 2010, p. 85). O terceiro, é o “ranking pela soma” que requer que as utilidades de cada pessoa sejam somadas para obter o seu respectivo valor agregado.

### **Limitações da pobreza como insuficiência de renda**

Existem limitações na abordagem utilitarista. De acordo com Sen (2010, p. 81), o viés utilitarista entende apenas a totalidade das utilidades, em detrimento de um aspecto distributivo das utilidades. Outro agravante é que, o utilitarismo não leva em consideração os indivíduos que se adaptam a contextos de privação com grande ânimo, por exemplo, as pessoas que se adaptam e constroem suas vidas em habitações precárias, como em favelas, e suportam todo o contexto de exclusão social e econômico.

Uma pessoa totalmente desprovida, levando uma vida bastante limitada, poderia não parecer pobre em termos de uma métrica mental do desejo e sua satisfação, se a miséria for aceita com silenciosa resignação (SEN, 2001, p. 96).

Como afirma o economista indiano, é importante dar enfoque na felicidade, mas não em situação na qual há o que ele denomina como escravos felizes ou vassalos delirantes (SEN, 2010, p. 89). Portanto, a base informacional utilitarista é influenciada por um condicionamento mental. Nesse sentido, torna-se restrito estabelecer comparações interpessoais de privação ou estabelecer quem é rico ou pobre em uma sociedade.

O valor mínimo necessário é estabelecido com base na renda média ou mediana do conjunto da população para atender as necessidades básicas da população. Desse modo, não reflete o valor real do poder de compra. Assim, estabelecer uma comparação entre países torna-se uma tarefa problemática, pois as linhas de pobreza variam entre os países. Segundo Rocha (2003, p. 14), a linha da pobreza em Portugal corresponde cerca da metade da estabelecida na França. Nessa análise, classifica-se um indivíduo como pobre em Portugal, todavia este seria não pobre na França. Adotar a linha da pobreza

com base na renda inviabiliza estabelecer comparações, fato que impossibilita até mesmo auferir as transformações temporais do número de pobres. Levando em consideração apenas o Brasil, um único nível de corte pode não refletir os números reais das disparidades no número de pobres entre as diferentes regiões do país.

A abordagem com base na renda apresenta outras limitações. A ideia de subsistência varia de uma sociedade para outra, em análises empíricas é difícil estabelecer uma única cesta de produtos. Nos países desenvolvidos, onde o mínimo necessário para sobreviver já é garantido a todos, uma “cesta básica” é irrelevante (ROCHA, 2003, p. 14). Nesse sentido, o mínimo necessário para sobreviver é imbricado por valores culturais e sociais. Os hábitos alimentares que se valoriza varia de uma sociedade para outra. A abordagem pela insuficiência de renda também é limitada, pois desconsidera os papéis sociais desempenhados por cada membro da sociedade. Por exemplo, as necessidades nutricionais variam de acordo com o tipo de trabalho que se exerce. Para Codes, existem outras limitações da abordagem com base na insuficiência de renda:

Argumenta-se que as pessoas não são apenas organismos individuais que requerem a reposição de suas energias corporais, mas seres sociais, que desempenham papéis de trabalhadores, cidadãos, pais, parceiros, vizinhos e amigos. Não são apenas meros consumidores de bens materiais, mas produtores daqueles bens e participantes ativos de complexos círculos sociais (CODES, 2008, p. 12).

Para Salama e Destremau (1999, p. 48), essa abordagem da pobreza também pode superestimar a pobreza rural, principalmente em países em desenvolvimento. Tal abordagem não leva em consideração a solidariedade entre as famílias que praticam trocas de gêneros alimentícios, por exemplo. Assim, concluem os autores

um indicador de pobreza, definido a partir de rendimentos monetários, negligencia o conjunto de bens que não passam pelo mercado e que afetam o bem-estar ou mal-estar dos indivíduos[...]uma definição de pobreza limitada a um patamar de rendimento monetário será restritiva e, por conseguinte, insuficiente (SALAMA; DESTREMAU, 1999, p.49).

Portanto, a abordagem da pobreza como insuficiência de renda pode vir a ser o primeiro passo para determinar as condições de pobreza de uma sociedade, porém não se deve limitar a esta

No espaço de rendas, o conceito relevante de pobreza tem de ser a *inadequação* (para gerar capacidade minimamente aceitáveis), em vez de um *nível* baixo (independente das características pessoais). Uma “linha de pobreza” que ignora completamente as características individuais não consegue fazer justiça às nossas verdadeiras preocupações sobre o básico na pobreza, a insuficiência de capacidade devida a meios econômicos inadequados (SEN, 2001, p. 175).

Diante disso, torna-se difícil estabelecer uma comparação interpessoal, e também entre os diferentes países ou diferentes localidades em um país extenso, como o

Brasil. Outra deficiência da abordagem por insuficiência de renda, não captura as peculiaridades necessárias, como por exemplo, os papéis sociais desempenhados pelas diferentes pessoas.

Quanto à superação da pobreza, a partir da crise de 1929, a concepção de superação da pobreza estava atrelada a políticas macroeconômicas expansionistas. Pode-se perceber que este modo de superação é fortemente condizente com o conceito unidimensional estabelecido por meio da renda. Com o emprego esperava-se que os trabalhadores adquirissem renda suficiente para satisfazerem as suas necessidades. Desse modo, o desenvolvimento econômico era visto como consequência do crescimento econômico, isto é, bastaria aumentar o produto agregado para que as condições de pobreza fossem minimizadas.

Entretanto, a partir de meados do século XX, estudos empíricos demonstraram que o crescimento do produto não foi suficiente para equacionar a questão da pobreza. Muitos países pobres experimentaram períodos de crescimentos constantes, porém consideráveis números de pessoas ainda vivenciavam situações de pobreza e se inseriam de modo precário na estrutura social (CODES, 2008; MARTINI, 2009).

A questão da pobreza se acentuou quando, em 1970, nos países europeus, ainda existiam pessoas submersas em situações de pobreza. Nos países em desenvolvimento existiam centenas de milhões de pessoas em condições de miséria. É a partir desse período que a questão da pobreza tornou-se central na análise acadêmica (MARTINI, 2009). Foi somente no final do século XX que emergiu a busca por uma consistência do conceito de pobreza (CODES, 2008).

Quando observa-se algumas economias é notório que algumas delas obtiveram êxitos em equacionar crescimento econômico e qualidade de vida, como a Coreia do Sul e Taiwan, ao passo que no Brasil assistiu-se a um crescimento econômico, porém sem êxito na qualidade de vida (SEN, 2010, p. 67). De acordo com Rocha (2003, p. 83), ao analisar a questão da pobreza no Brasil com base na renda *per capita*, havia no país em 1970 cerca de 68% de pessoas pobres, o que correspondia a 61,1 milhões de pessoas. Para o mesmo período, a renda dos não pobres equivalia a 2,83 vezes a dos pobres.

Segundo Rocha (2003), durante o período conhecido como “milagre econômico” nos anos de 1970, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu em média cerca de 8,6% ao ano em termos reais. De 1970 para a década de 1980, a pobreza caiu de 68% para 35%, respectivamente. Todavia, o rápido crescimento da renda foi concentrado. Em 1980 a renda dos não pobres correspondia a 5,20 vezes a dos pobres. Em relação ao coeficiente de Gini, em 1970 era de 0,56, e em 1980 atingiu 0,59 (ROCHA, 2003, p. 91).<sup>2</sup>

---

2 O índice de Gini assume valores entre o mínimo 0 (nenhuma desigualdade) e 1 (desigualdade máxima). Ver Rocha (2003, p. 35).

Existe, portanto, uma distinção entre crescimento e desenvolvimento. O desenvolvimento econômico pode ser entendido como um processo de melhoria de aspectos econômicos e sociais das pessoas. Na ótica de Amartya Sen (2010), o desenvolvimento acontece quando se ampliam as liberdades fundamentais das pessoas em um processo que elimine as situações de privação da pobreza. Os frutos de uma expansão econômica podem não beneficiar a todos, ou seja, o crescimento econômico pode ter um efeito perverso para certos grupos sociais. Sendo assim, o contingente populacional que vivencia situações de pobreza pode ser tomado como um indicador para avaliar as dimensões do desenvolvimento. Por todas estas limitações torna-se necessário discutir abordagens alternativas a esta forma de se estudar a pobreza.

### **A Abordagem das Necessidades Básicas**

A abordagem das necessidades básicas, considerada como uma extensão do conceito de pobreza como subsistência, tornou-se popular a partir dos anos de 1970. A discussão sobre as necessidades básicas foi travada em quatro contextos distintos dentro da economia: 1) o da economia clássica, cujo debate voltou para a definição de um salário padrão para os operários, que possibilitasse o mínimo vital; 2) o da economia filantrópica, em que se questionou sobre a contabilização de pobres e o nível de ajuda que poderia trazer benefícios a algumas categorias; 3) recentemente, o desenvolvimento de alguns países se pautou pela satisfação das necessidades básicas juntamente com as teorias do capital humano, uma vez que a satisfação das necessidades básicas dos cidadãos contribuem para o crescimento econômico; 4) contemporaneamente, a abordagem das necessidades básicas está vinculada ao debate acerca do subdesenvolvimento, sem negar os três aspectos anteriormente citados (SALAMA; DESTREMAU, 1999, p. 74-75).

De acordo com Codes (2008, p. 13), a abordagem das necessidades básicas constitui-se por dois grupos. O primeiro refere-se ao consumo mínimo das famílias, tais como comida, vestuário, móveis e equipamentos. O segundo, diz respeito aos serviços essenciais para se viver em comunidade, tais como saneamento básico, transporte público, saúde, educação, moradia.

As necessidades básicas têm como característica principal o fato de serem consideradas universais, comuns aos homens de diferentes culturas e civilizações: alimentar-se, tratar-se, conhecer, mas também agir. São necessidades físicas e psíquicas que podem ser satisfeitas segundo modalidades econômicas extremamente variadas, mas que são comuns a todos os homens (SALAMA; DESTREMAU, 1999, p. 75).

Todavia, torna-se necessário fazer ponderações acerca da abordagem das necessidades básicas. O caráter universal das necessidades básicas supracitadas pode

desconsiderar algumas especificidades. “Além dos debates de caráter filosófico sobre a noção de necessidade, essa universalidade requerida foi criticada como manifestação de um desejo de hegemonia e de homogeneização, por parte dos países capitalistas desenvolvidos” (SALAMA; DESTREMEAU, 1999, p. 75). Sendo assim, torna-se necessário levar em consideração que qualquer satisfação das necessidades não é independente do seu contexto. A distribuição e estrutura das necessidades básicas variam de um local para o outro e também internacionalmente. A satisfação das necessidades básicas apresenta peculiaridades, o que torna necessário levar em consideração o seu caráter relativo (CODES, 2008, p 14).

De acordo com Rocha (2003, p. 19), é preciso definir as necessidades básicas conforme a situação que se apresenta em cada sociedade. Assim, aprender a ler em uma sociedade que possui alfabetização generalizada, não será suficiente para distinguir pobres e não pobres. Seria necessária, então, a necessidade básica de educação com um nível de escolarização mais alto. Quando se adota o critério de saneamento básico, torna-se necessário separar o contexto urbano e rural. O acesso à captação de água adequada em áreas urbanas é fator essencial, porém, no contexto rural é desnecessário, pois o uso de fossa séptica pode ser adequado aquela realidade. Em relação à habitação, as necessidades básicas devem levar em conta as diferentes culturas e climas. De acordo com Salama e Destremeau (1999, p. 76), o contingente de pobres aumenta de acordo com aumento das necessidades básicas consideradas.

A abordagem de necessidades básicas não escapa da noção de pobreza relativa. Como afirma Salama e Destremeau (idem), a abordagem por necessidades básicas pode colocar no mesmo plano pessoas pobres e pessoas que se situam muito aquém dos limites, em situação de miséria. Além disso, como afirma Martini (2009, p. 9), este modo de entender as necessidades básicas não leva em consideração grupos específicos em uma economia como, mulheres, grupos étnicos minoritários, migrantes entre outros. No entanto, as investigações sobre pobreza devem se debruçar sobre essas condições, visto que a existência de pobreza é sintoma de um contexto social e econômico que a condiciona (MARTINI, 2009, p. 15).

Nota-se que existem distintas interpretações sobre o que são necessidades básicas e sobre o contexto em que devem ser estudadas. Outra forma de compreender a abordagem, se dá por meio do estabelecimento de aspectos objetivos e universais. Esta ideia será discutida na próxima subseção.

### **Necessidades humanas básicas e as necessidades intermediárias**

Para Camila Potyara Pereira, a abordagem de necessidades humanas básicas é um conceito objetivo e universal que rompe com os limites das diferenças culturais e

históricas. Assim, “não tomar chá diariamente em York, mesmo que isso seja um forte valor cultural, não implicará sérios prejuízos à saúde física e à autonomia de quem não o consumir” (PEREIRA, 2006, p. 5). As necessidades básicas devem ser entendidas como, “[...] aquelas que se não forem devidamente satisfeitas implicarão sérios prejuízos à vida material e à autonomia do ser humano” (GOUGH, 1999, *apud* PEREIRA, 2006, p. 5). Portanto, segundo Pereira (2006, p. 5) a definição de pobreza absoluta refere-se a não satisfação das necessidades humanas básicas universais e objetivas.

Desse modo, é pelo reconhecimento das necessidades humanas básicas e do papel do Estado frente a estas, que a abordagem de necessidades básicas se distingue de um viés mercadológico, segundo o qual as necessidades básicas devem ser atendidas pelas forças do mercado (PEREIRA, 2006, p. 69). Dessa forma, como afirma a autora, a abordagem de necessidades humanas básicas se fundamenta é no campo da cidadania e dos direitos fundamentais de todo cidadão.

Sob essa ótica, decorre-se que existem duas modalidades de necessidades básicas presentes em todas as sociedades humanas, independente da cultura: primeiro, a necessidade de sobrevivência física; segundo, a necessidade de autonomia, sem qual nenhum homem ou mulher poderá participar da vida em sociedade (PEREIRA, 2006, p. 73). A sobrevivência diz respeito ao direito a gozar de uma vida, a autonomia ao exercício da capacidade cognitiva.

A satisfação das necessidades básicas é condição para garantir a cidadania. O seu atendimento adequado passa pela atuação do Estado frente às necessidades humanas básicas. Diante disso, as políticas sociais<sup>3</sup> são instrumentos para garantir a satisfação das necessidades humanas básicas e amenizar a penúria. Nesse sentido, a abordagem apresentada por Pereira se distingue da abordagem de cunho subjetivo, em que tais necessidades apontadas se diferem de meras preferências e desejos, como proposto pela viés utilitarista, para se enraizar em aspectos objetivos e universais. Portanto, para a autora a definição de necessidade básica é:

[...] podemos dizer que o principal critério utilizado para definir necessidades humanas básicas – e diferencia-las de carências materiais, bem como de preferências, desejos compulsões, sonho de consumo – é o que se baseia nos efeitos do não atendimento contínuo de necessidades socialmente compartilhadas. O método consiste em verificar se as consequências desse não-atendimento causam sérios danos, ou prejuízos, isto é, se produzem degeneração efetiva na integridade física e na autonomia das pessoas a ponto de condená-la a uma vida subhumana. (PEREIRA, 2006, p. 73).

Entretanto, os meios para satisfazerem as necessidades básicas são relativos. “Deste modo, os requerimentos para o gozo da saúde física, capacidade de agência e

---

3 Para uma definição de Políticas Sociais de com bate à pobreza ver em PEREIRA (2010).

autonomia crítica, devem expressar a complexidade da realidade em que se inserem” (JUNIOR; PEREIRA, 2013, p. 56). Existem, portanto, *satisfatores* que são meios para tornar as necessidades humanas básicas satisfeitas, e estes são relativos. Segundo Junior e Pereira, na literatura especializada surgiram novas interpretações sobre os *satisfatores*, dentre as quais está a abordagem de Doyal e Gough, em trabalho publicada em 1991, que entende estes como necessidades intermediárias para se satisfizer as necessidades humanas básicas. As necessidades intermediárias podem ser providas pela família, pela comunidade ou pelo Estado (JUNIOR; PEREIRA, 2013, p. 57). Essas necessidades intermediárias podem ser: alimentação nutritiva e água potável; habitação adequada; ambiente de trabalho desprovido de riscos; ambiente físico saudável; cuidados de saúde apropriados; proteção à infância; relações primárias significativas; segurança econômica; educação apropriada; segurança no planejamento familiar, na gestão e no parto. (DOYAL e GOUGH, 1991)

Ao tratar da questão de gênero, em especial sobre a pobreza feminina, Pereira, inspirada nos trabalhos de Doyal e Gough, verificou que as necessidades humanas básicas trazem em seu bojo uma dupla dimensão: universais e particulares. Visto que as necessidades são universais, ou seja, existem necessidades básicas que inerentes à qualquer sociedade que se analisa. Porém, as necessidades humanas básicas são também particulares, pois, ao tratar da questão da mulher, torna-se necessário entender que existem condições peculiares a este grupo. Mulheres que vivem em países em desenvolvimento podem estar mais vulneráveis às doenças. Por isso, as necessidades humanas básicas das mulheres se diferem em comparação com as necessidades humanas básicas de homens (PEREIRA, 2006).

Sendo assim, a abordagem das necessidades básicas apresenta diferentes estágios e interpretações. Ela se desenvolveu no pós-guerra, como explicitado anteriormente, e ganhou novas interpretações posteriormente. No Brasil, destacam-se os trabalhos de Pereira, os quais reforçam os aspectos absolutos e relativos da abordagem.

### **Capacitações e Funcionamentos**

O economista Amartya Sen, laureado com o Prêmio Nobel de Economia em 1998, construiu uma abordagem para compreender os fins e os meios do desenvolvimento econômico, sua abordagem se insere no campo de uma reflexão acerca da justiça social. O autor parte de uma crítica à base informacional utilitarista, a qual segundo o entendimento de Sen oferece uma visão restrita dos fundamentos da justiça.

Na análise seniana, a liberdade é o elemento constitutivo principal do desenvolvimento.

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e

destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. (SEN, 2010, p. 16-17).

Desse modo, as liberdades representam não apenas as finalidades, mas também os meios para a promoção do desenvolvimento. “Nesta abordagem, a expansão da liberdade é considerada (1) o fim primordial e (2) o principal meio do desenvolvimento”. (SEN, 2010, p. 55). Nesta ótica, a liberdade tem um papel constitutivo e um papel instrumental. Na perspectiva constitutiva, o desenvolvimento envolve a expansão das liberdades básicas. Na perspectiva instrumental, diz respeito aos diferentes tipos de liberdades, as quais representam o meio e não apenas um fim do desenvolvimento, como direitos, oportunidades e intitamentos [*entitlements*] (SEN, 2010, p. 57). Os intitamentos representam “o conjunto de pacotes alternativos de bens que podem ser adquiridos mediante uso dos vários canais legais de aquisição facultados a essa pessoa” (SEN, 2010, p. 57). As liberdades instrumentais referem-se à liberdade política, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Estas devem ser entendidas como complementares umas às outras, assim todas elas têm uma importância conjunta (SEN, 2010, p. 58).

A abordagem de Sen não nega o papel de uma renda em uma vida com privações, “[...] a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades de uma pessoa” (SEN, 2010, p. 120), porém a renda não é único fator que determina as capacidades das pessoas viverem bem.

As vantagens são entendidas como a capacidade que as pessoas têm, ou seja, o conjunto de liberdades que as pessoas desfrutam para levar uma vida que valorizam. “Nessa perspectiva, a pobreza deve ser vista como privação das capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda” (SEN, 2010, p. 120). Sob esta perspectiva, a pobreza é vista como uma forma de privação de capacitações.

o bem-estar de uma pessoa pode ser concebido em termos da qualidade [...] do “estado” da pessoa. Viver pode ser visto como consistindo num conjunto de “funcionamentos” inter-relacionados, que compreendem estados e ações [...] os funcionamentos relevantes podem variar desde coisas elementares como estar nutrido adequadamente, estar em boa saúde, livre de doenças que podem ser evitadas e da morte prematura etc., até realizações mais complexas, tais como ser feliz, ter respeito próprio, tomar parte na vida da comunidade, e assim por diante. A asserção é de que os funcionamentos são *constitutivos* do “estado” [...] de uma pessoa, e uma avaliação do bem-estar tem de assumir a forma de uma apreciação desses elementos constituintes (SEN, 2001, p. 79).

Assim, o êxito de uma sociedade está relacionado com as oportunidades. Segundo Sen, “com a relação às oportunidades, a vantagem de uma pessoa é considerada menor que a outra se ela tem menos capacidade – menos oportunidade real – para realizar as coisas que tem razão para valorizar” (SEN, 2011, p. 266). O “conceito

de capacidade, portanto, está ligado intimamente com o aspecto de liberdade” (SEN, 2011, p. 266). Nesse sentido, a abordagem de capacidades se concentra na vida humana em uma pluralidade de características diferentes que circundam a vida (SEN, 2011, p. 267). A abordagem propõe uma análise sobre os *meios* e as *oportunidades* que se abrem às pessoas para levarem uma vida que valorizam (SEN, 2011, p. 268).

Para Sen nem a utilidades, nem a renda podem ser identificados com o bem-estar. A noção de pobreza está relacionada na “inadequação de meios econômicos referentes à propensão das pessoas em convertê-las em capacidades de funcionar, e isto num ambiente social, econômico e cultural particular” (SALAMA; DESTREMAU, 1999, p. 79). A abordagem de Sen se afasta, portanto, das abordagens tradicionais que julgam a pobreza pela renda real, riqueza, opulência, recursos ou bens primários. A abordagem de Sen se difere da abordagem utilitarista pelo seu caráter multidimensional, que abre espaço para uma variedade de ações e estados importantes por si mesmo (SEN, 2001, p. 83).

A abordagem de Sen agrega dois aspectos, é absoluta e relativa ao mesmo tempo. A privação do bem-estar social varia de acordo com cada sociedade, por exemplo, em economias em desenvolvimento as pessoas necessitam de um conjunto relativamente pequeno de funcionamentos importantes, como estar bem nutrido e bem abrigado, estar livre de doenças evitáveis e de morte prematura. Porém, em outros contextos, a lista de funcionamentos pode vir a ser muito mais longa (SEN, 2001, p. 84). A privação congrega ainda um núcleo absoluto, tais como a fome e a inação (MARTINI, 2009, p. 12). Sendo assim, “pessoas diferentes podem ter oportunidades completamente diferentes para converter a renda [...] em características da boa vida e no tipo de liberdade valorizada na vida humana” (SEN, 2011, p. 269).

Martini (2009, p. 12-13) assim define a abordagem de Amartya Sen em relação à pobreza:

[...] uma das dimensões da concepção de Sen para a pobreza está associada não à privação de um bem, mas sim à incapacidade de obtê-lo. E ainda, as *capabilities* adquiridas pelos indivíduos não se refere apenas ao acesso a bens e serviços físicos, mas sim a uma multidimensionalidade de fatores relacionados ao bem-estar, tais como a participação e a integração na vida política, social e comunitária em que residem. Em resumo, para Sen, a pobreza tem uma noção ambígua. Ela é absoluta no campo das *capabilities*, e relativa no campo dos bens de consumo e das suas características.

Do ponto de vista de Sen existem importantes fontes de variações contingenciais que incidem sobre a vida das pessoas que determinam a conversão de funcionamentos:

- 1) Heterogeneidades pessoais: abarca as necessidades extremamente diversas entre as pessoas, por exemplo, idade, gênero, propensão à doença etc.
- 2) Diversidade no ambiente físico: as condições ambientais podem representar uma dificuldade na conversão de receita em recursos pessoais, por exemplo, condições climáticas faixas de

temperaturas ou incidência de inundações. 3) Variações no clima social: referem-se aos condicionamentos sociais, por exemplo, saúde pública, estrutura de ensino público ou a prevalência de crime e violência. 4) Diferenças de perspectivas relacionais: dizem respeito as normas sociais estabelecidas, por exemplo, estar vestido adequadamente para se apresentar em público (SEN, 2011, p. 289-290).

Sendo assim, a abordagem de Sen é de caráter multidimensional. Desse modo, a pobreza é vista como a privação de recursos abrangentes, sendo constituídas de diversos fatores interligados. Sob este prisma, a pobreza real, entendida como privação de capacitações básicas, pode ser mais intensa do que pode parecer no espaço da renda (SEN, 2010, p. 121). Sob essa ótica, diferentes formas de pobreza, portanto, podem ser identificadas.

### **Características das Abordagens Discutidas e o Conceito de Pobreza Multidimensional**

Pode-se perceber que a abordagem das capacitações se difere das demais apresentadas, embora possua alguma semelhança com a abordagem das necessidades básicas. As abordagens da pobreza aqui discutidas podem ser resumidas por meio do Quadro 1.

**Quadro 1: Resumo das abordagens e suas características**

<b>ABORDAGEM</b>	<b>CARACTERÍSTICAS</b>
<b>Renda</b>	Unidimensional Utilitarista Absoluta e relativa Enfoque no indivíduo Distingue pobres de não pobres através de uma linha de pobreza baseada na insuficiência de renda
<b>Necessidades básicas</b>	Multidimensional Não utilitarista Necessidades básicas são objetivas e universais Absoluta e relativa Enfoque na dimensão social ou no indivíduo, dependendo do estágio A pobreza refere-se a não satisfação das necessidades básicas
<b>Capacitações</b>	Multidimensional Não utilitarista Absoluta e relativa. Enfoque no indivíduo Os pobres são indivíduos privados de capacitações básicas para alcançar funcionamentos desejáveis

Fonte: Elaboração própria.

Por meio do Quadro 1 percebe-se que o conceito de pobreza evoluiu de uma noção simples ausência de renda para um conjunto de critérios que vão além da renda. Estes critérios são formados pelas outras dimensões que podem ser agregadas ao conceito de pobreza, tais como saúde, educação, estar bem alimentado e outras deficiências que interferem na qualidade de vida dos indivíduos e família.

O conceito de pobreza baseado apenas em um único indicador, a renda, ou abordagem das necessidades básicas em estágios específicos (como o mínimo vital) se tornou insuficiente para explicar a complexidade da pobreza. Ao longo dos anos, desenvolveram-se análises que passaram a incorporar outros fatores preponderantes acerca do tema. Desde então, a pobreza é tratada como um tema complexo, que inclui outras variáveis diferentes além da renda. Assim, o conceito de pobreza deixa de ser gradativamente encarado como unidimensional para ser entendido como multidimensional.

Das investigações de Amartya Sen (2010) derivam outros aspectos importantes que incidem sobre a pobreza. Segundo este, a abordagem de desigualdade centrada na renda tem se mostrado muito restrita. Desse modo, noções mais abrangentes que incidem sobre a penúria que perpassa em uma sociedade são negligenciadas. Em vista desse fato, Amartya Sen constrói a sua perspectiva de análise das desigualdades e os determinantes da pobreza sem negligenciar o fator da renda, mas elencando juntamente a importância de aspectos que dizem respeito à política e às condições sociais.

Segundo Codes (2008, p. 24), atualmente existe um consenso entre os pesquisadores que se debruçam sobre o tema da pobreza de que esta é condicionada a um conjunto de variáveis. A noção de pobreza se trata de um fenômeno social complexo, referente não apenas a privações em termos de necessidades materiais de bem-estar, o que se expressa um aspecto unidimensional, mas ser pobre se refere também à negação de oportunidades de se levar uma vida dentro de padrões aceitáveis socialmente. As abordagens multidimensionais abarcam questões ligadas às relações sociais, como acesso ao mercado de trabalho e assistência médica, como também questões de ordem política.

Ainda segundo Codes (2008, p. 25), a pobreza se expressa em um caráter multidimensional, pois as diversas carências e fatores socioeconômicos se cruzam e, desse modo, estão interligados. Sendo assim, Codes observa que a pobreza trata-se de uma armadilha mais social do que econômica.

Para Salama e Destremau (1999, p. 113) as abordagens multidimensionais, como as adotadas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) dizem respeito à satisfação das necessidades essenciais, como também se estendem para aspectos como a saúde, educação, o acesso à água tratada e ao saneamento básico. Tais abordagens medem a satisfação pela renda individual e, concomitantemente, os recursos de ordem coletiva. Assim, a mensuração e conceituação da pobreza tenta levar em conta os diferentes planos da vida, como o social e o econômico, seja pelos indivíduos ou pelas famílias.

Portanto, como afirma Martini (2009, p. 27) a abordagem multidimensional da pobreza e os critérios adotados por essa perspectiva são considerados mais completos

pelas variáveis elencadas para a construção da avaliação: política, econômica e social, ou, até mesmo, cultural. É por isso que as abordagens de pobreza multidimensional são consideradas mais completas.

Entretanto, uma renda insuficiente também pode ser indicador de pobreza, isto é, os indivíduos que não contam com renda suficiente para satisfazer suas necessidades experimentam contexto de privação. Todavia, a dimensão da renda deve ser entendida como um ponto inicial para as investigações acerca do tema. Assim, como se buscou mostrar no Quadro 1, ao analisar o gradual entendimento do que é pobreza, de uma abordagem unidimensional para uma abordagem multidimensional, permite-se evidenciar outros aspectos necessários para o gozo de uma vida plena, ausente de diferentes formas de privação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a trajetória do pensamento sobre pobreza busca-se evidenciar como o entendimento do que é pobreza evoluiu ao longo do tempo. A abordagem com base na insuficiência da renda preocupa-se em construir uma linha de pobreza, a qual distingue os pobres dos não-pobres. Neste sentido busca, essencialmente, entender o conceito de pobreza nas análises calcadas na capacidade de consumo.

Posteriormente, assiste-se a ascensão do conceito de pobreza com base na abordagem das necessidades básicas. O entendimento de necessidades básicas também variou. Nos primeiros estágios estava calcada em aspectos universais, porém, em anos mais recentes, passou a levar em consideração fatores de natureza relativa, por meio da constituição de necessidades intermediárias.

A abordagem de capacitações tornou-se relevante por explicar que o desenvolvimento econômico depende também de superar formas de privação para se levar uma vida que as pessoas valorizam. Neste sentido, a liberdade representa o fim e o meio para o desenvolvimento. Assim, pobreza é uma forma de privação que impede que indivíduos alcancem os fins que lhes são desejáveis. A abordagem das capacitações básicas apresenta um caráter absoluto no campo das capacitações e relativo em relação aos funcionamentos.

Portanto, conceituar o que é pobreza torna-se relevante quando traz em seu escopo a multidimensionalidade. Sem desconsiderar o papel de uma insuficiência de renda, mas não se restringindo tão somente a essa, as abordagens das necessidades básicas e das capacitações podem indicar um conjunto de fatores essenciais tais como qualidade da saúde, educação, estar empregado, saneamento básico entre outros, que podem ser determinantes para que indivíduos gozem de uma vida sem privações.

Estes aspectos são importantes e devem ser incorporados aos estudos empíricos sobre o tema. Eles têm relevantes implicações para o estudo da pobreza e para a forma mais eficaz de combatê-la. Se o diagnóstico de pobreza se dá somente por meio da insuficiência de renda, as políticas públicas de combate estarão voltadas apenas para a geração de renda. Com isso, algumas privações dos seres humanos pode nunca serem resolvidas. Assim, o estudo da pobreza multidimensional implica em um novo direcionamento para as políticas de combate a pobreza. Isto não quer dizer que as políticas de distribuição de renda devam ser pormenorizadas, mas que outras políticas multidimensionais precisam ser associadas a elas.

## REFERÊNCIAS

BRITO, F.; PINHO, B. A. T. D. de; ROCHA, A. S. Distribuição Espacial da População em Minas Gerais: Uma Análise Sobre a Pobreza. *XVI Seminário sobre a Economia Mineira, Repensando o Brasil*. CEDEPLAR. 2014.

CHANG, H-J. *Economia: modo de usar: um guia básico dos principais conceitos econômicos*. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2015.

CODES, A.L. M. A Trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa. *TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 1332*. IPEA. 2008.

DOYAL, L.; GOUGH, I. *A theory of human need*. London: MacMilan, 1991, cap. 1-3

JUNIOR, N. N. G; PEREIRA, A. P., Necessidades do capital versus necessidades humanas no capitalismo contemporâneo: uma competição desigual. *Argumentum*, v. 5, n. 1, p. 50-65, jan/jun. 2013.

KANG, T. H. Justiça e desenvolvimento no pensamento de Amartya Sen. *Revista de Economia Política*. Set 2011, vol.31, no.3, p.352-369.

KERSTENETZKY, C. L. Desigualdade e pobreza: lições de Sen. *Revista Brasileira de Ciência Sociais*. Fev 2000, vol.15, no.42, p.113-122.

LACERDA, F. C. C.; NEDER, H. D.; RODRIGUES, A. M. S.A evolução do estudo da pobreza: da abordagem monetária à privação de capacitações. *Bahia Anál. Dados*. Salvador, v. 21, nº3, p. 509-527, Jul-Set. 2011.

MARTINI, R.A. Um ensaio sobre os aspectos teóricos e metodológicos da economia da pobreza. *TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 369*. Cedeplar, 2009.

MARIN, S. R.; QUINTANA, A. M. Amartya Sen e a escolha social: uma extensão da teoria da justiça de John Rawls? *Revista de Economia Contemporânea*. Dez 2012, vol.16, no.3, p.509-532.

OSORIO, R. G; SOUZA, P. H. G. F. O Perfil Da Pobreza No Brasil e Suas Mudanças Entre 2003 e 2011. In: *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: Ipea, 2013. p.139-156.

PEREIRA, C. P. A pobreza, suas causas e interpretações: destaque ao caso brasileiro. In: *Ser Social*. Revista do Programa de Pós-graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da UNB, Brasília, n.18, jan/jun 2006.

SALAMA, P.; DESTREMAU, B. *O tamanho da Pobreza*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

SEN, A. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. *A ideia de justiça*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011

SILVA, A.M. R. *Um estudo sobre a pobreza multidimensional na região Nordeste do Brasil*. 2009. 192f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Economia. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.